



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Lucas Portacio Lourenço

Análise do Uso da Taxonomia na Auditoria de Contas Do Ativo Imobilizado

Brasília
2018

Lucas Portacio Lourenço

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Britto
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis – Noturno

Lourenço, Lucas Portacio

Análise do Uso da Taxonomia na Auditoria de Contas Do Ativo Imobilizado/ Lucas Portacio Lourenco–Brasília, 2018.

Orientador: Prof. Dr. José Humberto da Cruz Cunha

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2018.

Bibliografia.

Auditoria. Ativo Imobilizado. Taxonomia. I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Análise do Uso da Taxonomia na Auditoria de Contas Do Ativo Imobilizado

CDD –

Lucas Portacio Lourenço

Análise do Uso da Taxonomia na Auditoria de Contas Do Ativo Imobilizado

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. José Humberto da Cruz Cunha

Linha de pesquisa:

Contabilidade para tomada de decisão

Área:

Auditoria

Brasília

2018

Lucas Portacio Lourenço

Análise do Uso da Taxonomia na Auditoria de Contas Do Ativo Imobilizado

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Professor Dr. José Humberto da Cruz Cunha
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Professora Dra. Danielle Montenegro Salamone Nunes
Examinadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida. À minha mãe Lilian e minha avó Conceição pelo direcionamento e ensinamento. À minha noiva e futura esposa Juliana pelo apoio e força. E ao professor José Humberto por ter me orientado com tamanha presteza.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo testar do uso da taxonomia no processo de auditoria das contas do ativo imobilizado. Foi aplicado um questionário aos alunos do curso de Ciências Contábeis das turmas de Auditoria 1 e Auditoria 2 da Universidade de Brasília, tendo metade da amostra utilizado a taxonomia para responder ao questionário e a outra metade não, com isso foram comparadas as respostas aos problemas apresentados para verificar se os alunos que utilizaram a taxonomia obtiveram um melhor desempenho na resolução do questionário. Observou-se que os alunos que responderam o questionário utilizando a taxonomia tiveram um percentual de acerto maior que os demais. Com isso, infere-se que a taxonomia facilita a identificação do risco de distorção relevante na demonstração contábil e, principalmente, a escolha do procedimento teste adequado para verificar se há distorção relevante na informação contábil.

Palavras-chave: Auditoria. Ativo Imobilizado. Taxonomia.

ABSTRACT

This work is a test of taxonomy use in the process of auditing the accounts of fixed assets. A questionnaire was applied to students of the Accounting Sciences course of the Audit 1 and Audit 2 classes of the University of Brasília, half of the sample using the taxonomy and the other half without the use of the taxonomy, comparing the answers to the presented problems to verify if the students who used the taxonomy had better performance in the resolution of the questionnaire. The students who answered the questionnaire using the taxonomy had more correct answers than the others, with this, it is inferred that the taxonomy facilitates the identification of the risk of material misstatement in the accounting statement and, mainly, in the choice of the appropriate test procedure to verify if there is significant distortion in accounting information.

Keywords: Audit, Fixed Assets, Taxonomy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fases da Informação e suas Relações com os Aspectos Essenciais	18
Figura 2 - Mapa dos Aspectos Relacionais na Taxonomia	19
Figura 3 - Total de questionários e questões	25
Fluxograma 1 - processo de auditoria	15
Quadro 1 - Atributos e Conceitos das Afirmações de Auditoria	16
Quadro 2 - Atributos e Conceitos das Afirmações de Auditoria	17
Tabela 1 - Respostas com fluxo e sem o fluxo.....	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Auditoria	12
2.2 Taxonomia.....	13
2.2.1 Utilização da Taxonomia nos Procedimentos de Auditoria	14
2.3 Ativo Imobilizado	20
3 METODOLOGIA	22
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
5 CONCLUSÃO	27
Bibliografia	28
Anexo 1 - Questionário Aplicado.....	30

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral da auditoria de demonstrações contábeis é assegurar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, em todos os aspectos relevantes, ou seja, assegurar se as demonstrações financeiras estão livres de distorções significativas.

Para Franco e Marra (2001), os principais fatores que marcaram a auditoria contábil foram:

- a) o crescimento de empresas cuja complexidade e ramificações tornaram impossíveis aos administradores controlar todos os atos de seus subordinados;
- b) o aparecimento cada vez em número maior das sociedades abertas;
- c) a utilização, sempre crescente, de capitais de terceiros por parte das empresas, principalmente de financiamentos de entidades particulares e empréstimos junto ao público;
- d) o crescimento da importância do imposto de renda – baseada no resultado do exercício – na receita pública de muitos países;
- e) o controle – cada vez maior do poder público sobre as empresas particulares e entidades que exercem atividades relacionadas com o interesse público;
- f) a exportação de capitais, ou seja, a instalação de subsidiárias de empresas multinacionais, exigindo a fiscalização e o controle das atividades dessas subsidiárias. Igualmente, a associação de multinacionais com empresas locais, gerando o interesse das alienígenas em controlar seu investimento (FRANCO; MARRA, 2001, p.44).

O aumento da complexidade das empresas e do ambiente de negócios foram fatores primordiais para a importância da auditoria. Entretanto, o trabalho de asseguarção das informações contábeis envolve riscos.

Para Franco e Marra (1991, p. 239), o trabalho de auditoria é:

um trabalho complexo, que envolve a aplicação de variados e sofisticados procedimentos para sua consecução. Em decorrência dessa complexidade e sofisticação, é inevitável que em todos os trabalhos de auditoria haja um certo grau de risco de que erros ou irregularidades existentes nos registros e nas demonstrações contábeis possam não ser detectados durante o procedimento auditorial.

Para a mitigação dos riscos envolvidos no trabalho do auditor, Cunha (2017) propôs um modelo de taxonomia como instrumento auxiliar para decisões táticas no processo de auditoria. O objetivo do autor foi “propor um modelo de taxonomia que permita a identificação de procedimentos de auditoria a partir de lições aprendidas de erros e fraudes”. (CUNHA, 2017, p. 29)

Nesta pesquisa, tem-se como objetivo **analisar se o modelo de taxonomia proposto por Cunha (2017) aumenta a precisão e a agilidade na tomada de decisão do auditor**. Esse modelo propõe um fluxo entre a identificação e classificação de riscos na fase originária da informação contábil, bem como a escolha dos procedimentos relacionados.

Dessa forma, são objetivos específicos:

- Comparar a quantidade de acertos quanto a classificação de riscos entre os dois grupos e;
- Analisar o tempo médio de resposta de ambos os grupos.

Tal objetivo será executado através da aplicação de questionários com casos que simulam uma situação real, onde os alunos serão segregados em dois grupos, um que responderá com o auxílio da taxonomia e outro sem esse auxílio, permitindo assim observar o comportamento dos dois grupos. O caso escolhido trata de uma questão de risco específica de Ativo Imobilizado.

Para testar o modelo de taxonomia proposto por Cunha (2017) e atingir os objetivos geral e específicos desta pesquisa, o questionário foi aplicado para 40 alunos das turmas de Auditoria do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. Sendo que 20 alunos responderam o questionário utilizando-se da taxonomia proposta por Cunha (2017), enquanto que os demais 20 alunos responderam ao questionário sem a utilização da taxonomia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Auditoria

Com o aumento da complexidade das empresas e da dinâmica financeira do mercado, o conceito de auditoria foi sendo complementado para abranger este novo cenário econômico e a nova dinâmica financeira e contábil das entidades. Uhl e Fernandes (1974, p. 17), por exemplo, definem auditoria como “um controle administrativo, cuja função é medir e avaliar a eficácia de outros controles”. Já para Santos e Pagliato (2007, p. 03), auditoria é:

A técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame dos registros de documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade, objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade – PFC e se as demonstrações financeiras deles decorrentes refletem a posição patrimonial e financeira da empresa.

No entender de Guimarães (2001, p. 401 apud HOOG; CARLIN, 2008, p.53), “a auditoria financeira ou contabilística visa essencialmente dar credibilidade à informação financeira de forma a que seja útil à tomada de decisão por parte dos diferentes destinatários/utilizadores dessa informação”.

Segundo Crepaldi (2002, p. 23):

De forma bastante simples, pode-se definir auditoria como o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

No trabalho de auditoria existe a possibilidade de o auditor emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre as demonstrações contábeis. No planejamento do trabalho de auditoria deve ser feita a análise dos riscos de auditoria. Para garantir a assertividade dos trabalhos, há procedimentos adequados para fundamentar a opinião do auditor. Segunda a NBCT 11, os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos.

2.2 Taxonomia

A taxonomia pode ser definida como um sistema de classificação que apoia o acesso à informação, permitindo classificar, alocar, recuperar e comunicar informações em um sistema de maneira lógica. (SOUSA; ARAUJO JÚNIOR, 2013). Ou seja, a taxonomia é uma estrutura classificatória que têm o objetivo de organizar e recuperar informações.

A palavra taxonomia é composta no grego taxis=ordem e onoma=nobre, derivada de um ramo da Biologia que estuda a classificação lógica e científica dos seres vivos, inserindo-se na Ciência da Informação para organizar a informação na relação gênero-espécie, da mais genérica para a mais específica (CUNHA, 2017 *apud* VITAL; CAFÉ, 2007).

De acordo com Bräscher e Carlan (2010), as taxonomias adquirem importância no contexto das organizações como instrumentos auxiliares à gestão do conhecimento e à organização e recuperação da informação. Serejo Neto (2014, p. 39) define a taxonomia no contexto empresarial da seguinte maneira:

As taxonomias atualmente são estruturas classificatórias que têm por finalidade servir de instrumento para a organização e recuperação de informação nas empresas. Estão sendo vistas como meios de acesso atuando como mapas conceituais dos tópicos explorados em um serviço de recuperação. O desenvolvimento de taxonomias para o negócio da empresa tem sido um dos pilares da gestão da informação e do conhecimento. (volume de informação requer padronização).

Thulasi, Lohrii e Rajashekar (2001) definiu a taxonomia como sendo uma maneira sistemática de organizar o conhecimento, que fornece uma estrutura hierárquica de termos (categorias e subcategorias), que auxiliam no desenvolvimento de uma língua comum (vocabulário) para a organização e para o compartilhamento do conhecimento. Trata-se de uma linguagem documentária (CUNHA; ARAUJO JUNIOR, 2017).

Para Graef a taxonomia é:

[...] uma estrutura que provê uma maneira de classificar coisas através de uma série de grupos hierárquicos para facilitar sua identificação, estudo ou localização. A estrutura taxonômica consiste em duas partes: Estrutura e Aplicações, onde: - estrutura consiste em categorias ou termos e os seus relacionamentos; e aplicações são ferramentas de navegação que ajudam usuários encontrar as informações (GRAEF, 2001 *apud* AGANETTE, 2010, p. 43).

Para Cunha (2017), a taxonomia tem como objetivos, organizar e representar conceitos por meio de termos; padronizar a comunicação organizacional; e buscar

consenso na comunicação e classificação dos temas da organização, por meio da padronização dos termos usados para descrever e classificar os assuntos. Esse mesmo autor afirma ainda que:

Dentre as diversas áreas de uso da taxonomia, a aplicação sugerida na área de auditoria contábil tem um propósito estratégico que ocorre mediante a estruturação hierárquica construída a partir de erros e fraudes já identificados. Esta estratégia deve permitir ao auditor, como tomador de decisão, analisar riscos e escolher testes de maneira mais clara e mais precisa, uma vez que terá em mãos uma fonte de consulta de lições aprendidas, com a estruturação de erros e fraudes, classificando-os em categorias inter-relacionadas (CUNHA, 2017, p. 129).

2.2.1 Utilização da Taxonomia nos Procedimentos de Auditoria Proposto Por Cunha (2017)

No modelo criado por Cunha (2017), a taxonomia classifica erros e fraudes e tem como objetivo identificar procedimentos de auditoria, e consiste na análise das informações contábeis por meio de um fluxograma criado a partir das técnicas de criação de linguagem documentária. Portanto, retirando a subjetividade intrínseca à linguagem natural (do auditor) e passando-a para uma estrutura padronizada e que pode ser atualizada constantemente.

A construção da taxonomia utilizou o levantamento bibliográfico da auditoria contábil classificando-a de acordo com as bases conceituais da Ciência da Informação, a qual fundamenta a estrutura documentária da taxonomia. A taxonomia foi elaborada considerando três conceitos abrangentes: a análise de risco de distorções contábeis, as afirmações e os procedimentos (CUNHA, 2017). Ainda, para o autor, a taxonomia tem seu foco nas distorções contábeis provenientes de erros e fraudes pode possam auxiliar a escolha de procedimentos de auditoria. Sua construção se dá através das lições aprendidas identificadas na literatura da área contábil.

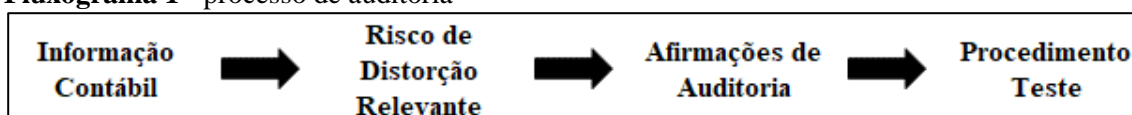
Nessa taxonomia, a expressão mais abrangente, ou seja, o pressuposto básico do fluxograma são as informações contábeis. Tais informações são o objeto de análise do auditor e conceitualmente identificável como a expressão mais abrangente, capaz de abarcar todas as espécies de uma taxonomia de erros e fraudes refletidas nas demonstrações contábeis (CUNHA, 2017).

Inicialmente, ao observar as informações contábeis, verificou-se que o lançamento contábil (registro do fato contábil) é a raiz para todas as distorções que envolvam as informações financeiras, uma vez que se trata do princípio básico onde qualquer informação divulgada nas

demonstrações contábeis existe somente porque se originou de um lançamento. Além disso, mesmo as ausências de registro também possuem essa característica em comum, ou melhor, a falta de informação contábil (ausência). Faz-se assim com que a informação contábil registrada seja a expressão do conceito genérico mais abrangente. (CUNHA, 2017, p. 95)

Uma vez identificado que a informação contábil é o pressuposto inicial do fluxograma e que o lançamento contábil é a raiz para as distorções que envolvem as informações financeiras - sendo as informações financeiras, por sua vez, o objeto do trabalho de auditoria - foi observada a divisão do processo de auditoria como um todo em relação às informações contábeis. Esse processo (de auditoria) tem como etapas-chave a análise de riscos de distorções relevantes, a identificação das afirmações de auditoria, para então seguir suas relações lógicas até chegar na aplicação de procedimentos, conceituada como respostas aos riscos (CUNHA, 2017). Portanto, conforme demonstrado a seguir, o fluxograma proposto origina-se da informação contábil, passando pela identificação dos riscos de distorções relevantes, pelas afirmações de auditoria para com os riscos e, como resposta ao risco identificado, chega na escolha do procedimento de auditoria que objetiva confirmar se há distorção relevante na demonstração contábil.

Fluxograma 1 - processo de auditoria



Fonte: Elaborado pelo autor

Na caracterização do processo de auditoria, as etapas principais e mais abrangentes são relacionadas da seguinte forma: a (1) análise de risco de distorções contábeis baseia-se nas (2) afirmações, para a escolha de (3) procedimentos (CUNHA, 2017).

A informação contábil possui (1) fases para ser efetivada e (2) aspectos essenciais que permitem afirmá-la, as quais são indispensáveis para a sua completa evidenciação. Ao verificar um determinado risco dos que foram coletados, em todos os casos há que considerar que eles se originam em uma determinada (1) fase e possuem (2) aspectos essenciais aos quais as distorções podem ser explicadas no sentido lógico. Assim, a Análise de Riscos de Distorções Contábeis no processo de auditoria pode ser representada por essas duas categorias na taxonomia:

- 1) **Fases da Informação** – etapas que perfazem o aspecto homogêneo da informação contábil.
- 2) **Aspectos Essenciais** – características indispensáveis para o registro da informação contábil (CUNHA, 2017, p. 100).

No caso das afirmações de auditoria, Cunha (2017) as classifica conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Atributos e Conceitos das Afirmações de Auditoria

Afirmações	Atributos	Conceito
Existência ou Ocorrência	Existência do patrimônio Ocorrência de transações	Ativos, passivos e patrimônio líquido existem e suas transações ocorreram.
Direitos e Obrigações	A entidade detém posse e controle. Determinada obrigação está vinculada às operações da entidade	A entidade possui e controla os direitos e obrigações nela registrados.
Avaliação ou Alocação	Valor registrado Avaliação fidedigna à realidade	Há registro fidedigno do valor evidenciado nas demonstrações.
Integridade	Informações completas	Todas as informações e contas que deveriam ser apresentadas realmente o foram.
Corte	Registros no período correto	As informações foram registradas no período correto.
Apresentação e Divulgação	Divulgação conforme as regras Classificação contábil adequada às regras	Os componentes das demonstrações se encontram classificados, descritos e evidenciados adequadamente.

Fonte: Cunha (2017, p. 101)

Nesse sentido, o conjunto dessas afirmações permitem confirmar a fidedignidade das informações contábeis. A influência das Afirmações se refere às contas de Ativo, Passivo e de Resultado - ou seja, todo conjunto das demonstrações contábeis - que em suas raízes são originadas pelos registros das informações contábeis. Tais características colocam Afirmações como um conceito abrangente formando uma faceta central. Essa faceta abrange termos que se associam num sentido lógico processual com os termos da categoria anterior (Aspectos Essenciais) e não há subordinação entre elas. Na faceta seguinte - na sequência da trilha da taxonomia - há o mesmo tipo relação direta também com os procedimentos.

Quanto aos procedimentos, Cunha (2017) analisou na literatura contábil os procedimentos existentes, afim de eliminar aqueles em que o conceito se repete,

excluindo assim as redundâncias. Procedimentos de auditoria são testes planejados de auditoria para avaliar a efetividade operacional dos controles ou para detectar distorções relevantes no nível de afirmações.

Cunha complementa o entrosamento dos procedimentos evidenciando o local de sua aplicação. Segundo ele, saber o local de aplicação dos procedimentos nas demonstrações contábeis é a etapa final para direcionar o auditor que se utiliza da taxonomia.

A identificação dos procedimentos tem um complemento para fazer sentido lógico no processo de execução da auditoria, o qual se refere ao local de sua aplicação. Saber o local de aplicação dos procedimentos nas demonstrações contábeis é a etapa final para direcionar o auditor que utiliza a taxonomia. Os destinos de aplicação dos procedimentos são aqui divididos em dois:

Ciclos – sentido lógicos de representação da informação no fluxo contábil;

Subciclos – especificidade do sentido lógicos de representação da informação no fluxo contábil (CUNHA, 2017, p. 102).

No quadro a seguir os procedimentos, ciclos e subciclos são exemplificados:

Quadro 2- Atributos e Conceitos das Afirmações de Auditoria

Classe Abrangente	Categorias	Atributos
Direcionadores dos procedimentos	Procedimentos	Testes aplicados
		Meio técnico para identificação de distorções
	Ciclos	Fluxo de recursos
		Local de aplicação dos testes
		Divisão pela literatura em ciclo de gastos e ciclo de pagamentos
	Subciclos	Categoria específica de cada fluxo de recursos Subcategoria que especifica o local de aplicação Orienta o tipo de atividade relacionada conforme fluxo de recursos

Fonte: Cunha (2017, p. 102)

Portanto, para Cunha (2017), examinando-se os procedimentos, ciclos e subciclos, há um conjunto em sequência que satisfaz as etapas necessárias para verificação das afirmações de auditoria (categoria imediatamente anterior aos procedimentos).

Assim, a estrutura inicialmente identificada do processo de auditoria representado pela Análise de Riscos de Distorções, Afirmações e Procedimentos passa por um desmembramento em categorias que permitem a análise das características da origem de erros e fraudes e ao mesmo tempo auxilia na escolha e aplicação de procedimentos, mantendo o relacionamento entre os termos na lógica do processo de auditoria e definindo mais especificamente as categorias que compõem a estrutura taxonômica (CUNHA, 2017, p. 94).

Uma vez definido o gênero de cada processo do fluxo, definiu-se as espécies para alocação nas categorias devidas.

A identificação do risco de distorção foi alocada de acordo com as fases da informação contábil, sendo elas Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Cada lançamento contábil contém três fases (Fases da Informação) como etapas de um processo entre o fato contábil e o seu registro efetivo. São elas: (1) reconhecimento, (2) mensuração e (3) evidenciação (IUDICIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2009; NIYAMA, 2010).

Cunha (2017) conceitua cada fase da informação contábil como:

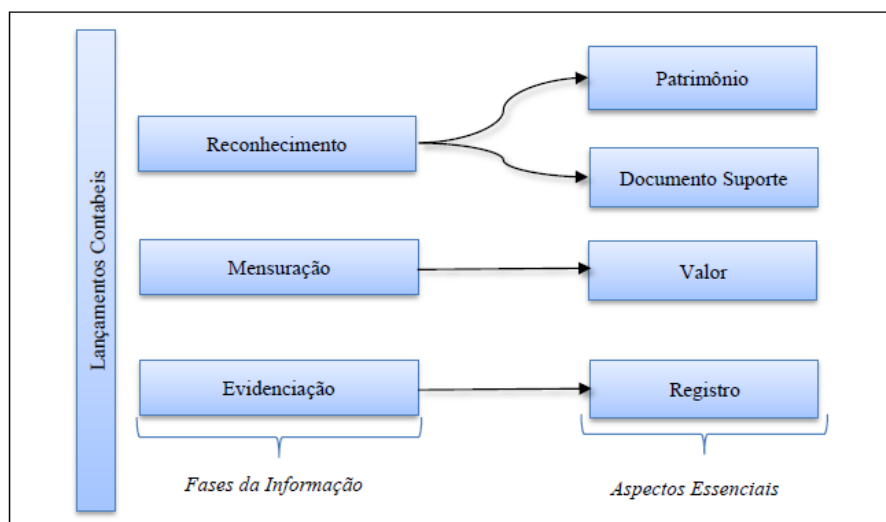
Reconhecimento: incorporação de benefício econômico futuro ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado. O reconhecimento se dá quando a situação patrimonial da entidade auditada é afetada pelos fatos contábeis e registrada em um documento chamado de suporte que, por sua vez, serve de subsídio para a auditoria contábil;

Mensuração: determinação dos montantes monetários que devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. A mensuração deve estar baseada na atribuição de valor dos montantes monetários, ação que envolve os conceitos de custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Esses termos representam métodos para se chegar ao valor do fato que necessita de evidenciação; e

Evidenciação: registro e divulgação dos fatos contábeis reconhecidos e mensurados nos relatórios financeiros. A evidenciação possui como subcategoria a escrituração ou registro e corresponde à categoria onde os itens que possuem distorções tem como fonte o registro das informações. (CUNHA, 2017, p. 103-104)

As fases da informação contábil, considerada o aspecto essencial para identificação de possíveis riscos de distorção, antes de partir para as afirmações de auditoria e, posteriormente os procedimentos teste, deve passar pelos aspectos essenciais das fases da informação contábil, conforme ilustrado na figura a seguir.

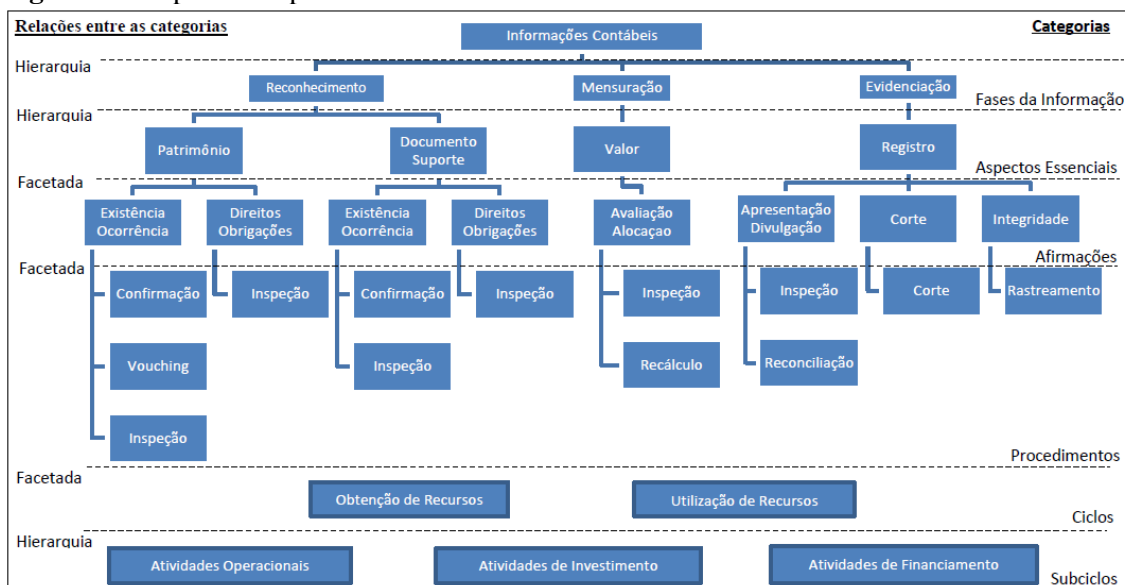
Figura 1 - Fases da Informação e suas Relações com os Aspectos Essenciais



Fonte: Cunha (2017, p.108)

Partindo da Informação Contábil, que é o termo abrangente da taxonomia e objeto de trabalho da auditoria, identificando em qual fase da informação está o risco de distorção contábil, com isso, passando pelo aspecto essencial da fase da informação chega-se nas afirmações de auditoria, identificada as afirmações, define-se o procedimento de auditoria adequado para confirmar se há distorção relevante na informação contábil. Na figura demonstrada a seguir está o fluxograma taxonômico proposto por Cunha (2017):

Figura 2 - Mapa dos Aspectos Relacionais na Taxonomia



Fonte: Cunha (2017, p. 132)

Nesse sentido, o modelo proposto foi utilizado na presente pesquisa, permitindo a aplicação em uma questão específica do Ativo Imobilizado.

2.3 Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível, como exemplo têm-se os imóveis, máquinas, veículos e equipamentos. O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

De acordo com Iudícibus (2010), o ativo imobilizado é formado por todo ativo tangível ou corpóreo de natureza relativamente permanente, no qual são destinadas as operações de negócios de uma empresa.

De acordo com a Lei 6.404 de 1976, artigo 179, item IV, classificam-se no ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens (BRASIL, 1976).

O Pronunciamento CPC 27 (CPC, 2009), no item 6, define o ativo imobilizado como:

Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Iudícibus (2000, pg. 187) cita que duas condições são necessárias para caracterizar um ativo tangível, são elas: possibilidade de ser utilizado nas operações normais da empresa; possuir um ciclo de capacidade normalmente superior a um ciclo operacional.

Segundo o pronunciamento CPC 27 (CPC, 2009), item 7, o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

Para reconhecimento e mensuração de um ativo imobilizado, segundo o pronunciamento CPC 27 (CPC, 2009), devem ser considerados em seu custo o preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; e a estimativa inicial dos

custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

De acordo com Martins *et al* (2013, p. 275):

Dessas definições subteme-se que nesse grupo de contas do balanço são incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade.

Ainda, segundo Martins *et al* (2013, p. 277), o plano de contas do ativo imobilizado sugerido consta de:

- BENS EM OPERAÇÃO
- DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO ACUMULADAS
- IMOBILIZADO EM ANDAMENTO
- PERDAS ESTIMADAS POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Portanto, ativo imobilizado são aqueles mantidos por uma entidade para uso na produção ou na comercialização de mercadorias ou serviços ou para finalidades administrativas, onde se tenha a expectativa de serem utilizados por mais de doze meses e de auferir benefícios econômicos em decorrência da sua utilização, além do seu custo poder ser mensurado com segurança.

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo, esta é pesquisa pode ser classificada como quase-experimental. A abordagem utilizada é quantitativa, sendo utilizada a estatística descritiva como técnica de análise dos dados. Segundo Vieira (2009), na pesquisa quantitativa, as informações são de natureza numérica, o pesquisador busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações.

O método de coleta de dados utilizado foi um questionário (Apêndice 1), com questões fechadas de múltipla escolha, com preenchimento presencial. Respostas as quais foram tabuladas para análise.

Houve a aplicação de um pré-teste, realizado com uma amostra de 6 auditores internos do Banco Cooperativo do Brasil, onde foram identificados e ajustados os erros gramaticais, de concordância e duplo sentido. Entretanto, não houve necessidade de ajustes na essência dos casos. Houve ainda sugestões de melhoria na formulação das perguntas e possíveis respostas.

O teste foi efetuado com uma amostra de 40 alunos. Por conveniência e facilidade de acesso, o teste foi aplicado nas turmas de Auditoria 1 (AUD 1) e Auditoria 2 (AUD 2) do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília em junho de 2018, período no qual os alunos já tinham conhecimento suficiente sobre procedimentos de auditoria. Aplicaram-se 40 questionários, divididos em dois grupos. O 1º utilizou o fluxograma taxonômico para responder as questões e o 2º não a utilizou. Dos 40 questionários, 20 foram aplicados nas turmas de Auditoria 1 e 20 questionários aplicados nas turmas de Auditoria 2.

O questionário foi composto por 3 (três) casos de possível distorção relevante nas informações contábeis da conta Ativo Imobilizado. Nas 3 situações, foi solicitado ao aluno foi identificar em qual fase da informação encontrava-se o risco de distorção (reconhecimento, mensuração e evidenciação), podendo o aluno escolher uma ou mais fases. Consistindo na primeira etapa de identificação e classificação do risco relacionado à essa conta do ativo.

Após escolhida a fase da informação, o aluno deveria identificar os procedimentos adequados para aplicar na situação em questão, sendo 7 (sete) procedimentos possíveis: confirmação; *vouching*; rastreamento; inspeção; reconciliação; recálculo e corte, podendo o questionado escolher um ou mais procedimentos.

Nas análises foi considerada a diferença de erros e acertos e o tempo médio de resposta dos alunos que utilizaram o fluxograma taxonômico em comparação aos alunos que não utilizaram o fluxograma. Além da análise geral, foram analisados os dados por turma (Auditoria 1 e Auditoria 2).

Considerou-se como correta somente as questões respondidas com uma alternativa de risco e uma alternativa teste, sendo as questões respondidas com mais de uma alternativa consideradas como incorretas, uma vez que o objetivo era reduzir a subjetividade e, apenas 1 risco e 1 teste eram suficientes para a resposta. Isso visa simular uma situação real onde o auditor tendo disponível 7 (sete) testes a serem aplicados, opta por um teste de maneira a otimizar seu tempo de execução no trabalho de auditoria.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram aplicados 40 questionários, sendo 20 com a utilização do fluxograma taxonômico e 20 sem a utilização do fluxograma. Considerando que são 3 casos por questionário, para cada cenário (com fluxograma taxonômico e sem o fluxograma taxonômico), foram aplicados o total de 60 *cases* (20x3=60).

Na tabela a seguir, é apresentado um resumo geral dos resultados obtidos, onde os dados foram coletados a partir da aplicação do questionário nas turmas de Auditoria 1 e Auditoria 2, sendo que metade dos alunos utilizou o fluxograma proposto para responder ao questionário e a outra metade respondeu sem a utilização do fluxograma.

Tabela 1 - Respostas com fluxo e sem o fluxo

	Com Fluxo			Sem Fluxo		
	Total	Turma	Por Turma	Total	Turma	Por Turma
Percentual de Acertos do Caso Completo	13%	Auditoria 1	20%	3%	Auditoria 1	0%
		Auditoria 2	7%		Auditoria 2	7%
Percentual de Acertos do Risco	27%	Auditoria 1	23%	13%	Auditoria 1	10%
		Auditoria 2	30%		Auditoria 2	17%
Percentual de Acertos do Teste	27%	Auditoria 1	33%	12%	Auditoria 1	7%
		Auditoria 2	20%		Auditoria 2	17%
Tempo Médio de Resposta (minutos)	21	Auditoria 1	18	16	Auditoria 1	16
		Auditoria 2	23		Auditoria 2	16
Quantidade de Riscos Marcados (média)	1,32	Auditoria 1	1,30	1,72	Auditoria 1	1,80
		Auditoria 2	1,33		Auditoria 2	1,63
Quantidade de Testes Marcados (média)	2,45	Auditoria 1	2,10	3,22	Auditoria 1	3,33
		Auditoria 2	2,80		Auditoria 2	3,10

Fonte: Dados da pesquisa

Segregando por turma, foram aplicados 20 questionários nas turmas de Auditoria 1 e 20 questionários nas turmas de Auditoria 2, sendo 10 questionários com a utilização do fluxograma taxonômico e 10 questionários sem a utilização do fluxograma em cada turma, totalizando 30 questões com o fluxograma por turma e 30 questões sem o fluxograma por turma. Conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 3 - Total de questionários e questões

Total de Questionários				x3	Total de Questões			
Fluxo	AUD1	AUD2	Total		Fluxo	AUD1	AUD2	Total
COM	10	10	20		COM	30	30	60
SEM	10	10	20		SEM	30	30	60
Total	20	20	40		Total	60	60	120

Fonte: Dados da pesquisa

No total 13% das questões respondidas pelos alunos que utilizaram o fluxograma foram totalmente corretas, sendo que, somente 3% das questões respondidas pelos alunos que não utilizaram o fluxograma estavam totalmente corretas. Considera-se totalmente correta a questão em que foi marcado corretamente tanto a identificação do risco de distorção, quanto o teste adequado em resposta a esse risco. Então, tem-se aqui que os usuários da linguagem documentária obtiveram vantagens na assertividade frente àqueles que não utilizaram esse instrumento de auxílio.

Quanto à apenas a identificação de riscos na fase da informação contábil, 27% das questões respondidas pelos alunos que utilizaram o fluxograma estavam corretas, enquanto que, no caso dos alunos que não utilizaram o fluxograma para responder o questionário, 13% das questões estavam corretas. Nesse caso, analisamos somente a quantidade de acertos do item 1 (um) de cada *case* apresentado, o qual trata-se da fase da informação contábil onde encontra-se o risco de distorção relevante.

Analisando a quantidade de acertos no item 2 dos casos apresentados, no procedimento escolhido em resposta aos riscos, 27% das questões respondidas pelos alunos que utilizaram o fluxograma foram marcadas corretamente, enquanto que 12% das questões marcadas pelos que não utilizaram o fluxograma estavam corretas.

Ambos os resultados anteriores indicam a taxonomia como uma vantagem na questão de assertividade. Isso vale tanto para a identificação de risco, quanto para a escolha do procedimento e também na relação entre uma e outra (identificação e adequada classificação do risco e correta escolha do teste relacionado).

Entre as turmas, 10% do total das questões marcadas pelos alunos de Auditoria 1 estavam completamente certas, ou seja, foi marcada corretamente tanto a fase da informação onde encontra-se o risco de distorção quanto o procedimento teste adequado para identificação do risco. No caso da turma de Auditoria 2, 7% das questões foram marcadas corretamente nos dois itens.

Quanto à agilidade, tem-se que o tempo geral médio para responder foi de 21 minutos para os alunos que utilizaram o fluxograma, enquanto que os alunos que não utilizaram o fluxograma demoraram, em média, 16 minutos. Segregando entre as turmas, os alunos de Auditoria 1 usando a taxonomia responderam, na média, em 18 minutos, enquanto os alunos de Auditoria 2 responderam em 23 minutos, na média. Já os que estavam sem a taxonomia, em Auditoria 1 responderam em 16 minutos e, em Auditoria 2, 17 minutos

Observa-se assim, que no geral, o uso da taxonomia proporciona vantagem na agilidade das respostas (isso é diferente de vantagem na execução, porém é um pressuposto a ser testado futuramente).

Ao considerar AUD 1 e 2 como grupos distintos, e admitir que AUD 2 os alunos já estão com conhecimento contábil e de auditoria mais avançados que AUD 1, podemos verificar que os tempos de respostas, para os que usaram o fluxo mostra que a vantagem no uso da taxonomia não é afetada ou contrariada pelo nível de conhecimento. Pelo contrário, indica que aqueles com menor grau de conhecimento de conteúdo da área são favorecidos em relação aos mais avançados.

Os alunos que portavam o fluxograma, selecionaram, em média, 1 (uma) fase da informação contábil onde poderia conter o risco de distorção relevante, dentre 3 (três) opções disponíveis, enquanto que os alunos sem o fluxograma selecionaram, em média, 2 (duas) fases da informação contábil. Ou seja, demonstra tendência a aumentar a quantidade de itens para acertar, demonstrando subjetividade.

Quanto à seleção dos procedimentos teste, os alunos que utilizaram o fluxograma marcaram, em média, 2 (dois) procedimentos, enquanto que os alunos que não utilizaram o fluxograma marcaram, em média, 3 procedimentos. Da mesma maneira que os riscos, a subjetividade aqui também aparece, bem como sua redução pelo uso da taxonomia.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o fluxograma proporcionou vantagem à tomada de decisão dos alunos de auditoria, mediante a indicação de redução da subjetividade e aumento na agilidade na identificação e classificação dos riscos na devida fase de origem da informação contábil, bem como na escolha do procedimento adequado para determinado risco. Isso foi mostrado principalmente em dois pontos:

1. Os alunos que utilizaram o fluxograma para responder o questionário acertaram 139% mais questões que os alunos que não utilizaram do fluxograma para auxílio na resolução dos *cases*.
2. Os alunos que responderam os *cases* com a utilização do fluxograma marcaram, em média, 24% menos opções que os alunos que resolveram o questionário sem a utilização do fluxograma, ou seja, em um caso real de procedimentos de auditoria, os alunos que possuem o fluxograma ganhariam tempo em relação aos que não utilizam o fluxo.

Especificamente quanto à agilidade, observou-se maior agilidade nas respostas, mesmo que a turma tivesse um nível de conhecimento menor. Entretanto, mais testes são necessários, principalmente com comparação estatística. Todavia, trata-se de uma pesquisa na fase de planejamento, e o modelo proposto em questão pressupõe a redução do tempo de execução. Tal tendência, mediante os dados observados, pode ser afirmada aqui, uma vez que caminhos mais assertivos devem reduzir retrabalho, consequentemente reduzir o tempo total de execução.

Como proposta de futuros estudos este teste pode ser aplicado para uma amostra de auditores profissionais e, para tornar possível a generalização dos resultados obtidos para a população referente à amostra, é desejável a utilização de técnicas de estatística inferencial para a análise dos dados.

Bibliografia

AGANETTE, Elisângela Cristina. **Taxonomias corporativas: um estudo sobre definições e etapas de construção fundamentado na literatura publicada**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASCHER, M.; CARLAN, E. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (Org.). **Passeios pelos bosques da informação: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento**. Brasília: IBICT, 2010. p. 147-176.

CALIMERIO, Luan Pereira; MIYASATO, Lucas. Estudo de caso: o tratamento dos resíduos de papelão ondulado na empresa Gerdau, sob o aspecto da logística reversa. IN: Congresso Internacional de Administração, 2016, Natal. **Anais ... Natal, ADM**, 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento CPC 27**. Ativo Imobilizado. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://cpc.org.br>>. Acesso em: 20. jan. 2018.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNHA, José H. da C. **Estudo do emprego da taxonomia como instrumento auxiliar para decisões táticas no processo de auditoria**. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, 2017.

CUNHA, José H. da C.; ARAUJO JUNIOR, Rogerio H. de. Taxonomia de Distorções Contábeis. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n.49, p. 127-141, maio/ago., 2017. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2017.

FRANCO, H; MARRA, E. **Auditoria contábil**. Normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho – programas de auditoria – relatórios de auditoria. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, William. **Necessidades informacionais da auditoria pública: estudo qualitativo do fluxo de informações a partir da Teoria Matemática da Comunicação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, 2013.

HOOG, Wilson Alberto Zappa e CARLIN, Everson Luiz Breda. **Manual de auditoria**

contábil das sociedades empresariais. De acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/02. 2º ed. Curitiba: Juruá, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Aldomar Guimarães. PAGLIATO, Wagner. **Curso de Auditoria.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2007.

SEREJO NETO, Edson. **Organização do conhecimento em ambientes web com base na Teoria da Classificação Facetada: Estudo aplicado à área de Engenharia Naval e Offshore.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42 n. 1, p. 131-144 jan./abr., 2013. Disponível em: . Acesso em: 22 jun. 2017.

THULASI K.; LOHRIL, K. M.; RAJASHEKAR.T.B. **Approaches to Taxonomy Development: Some Experiences in the Context of an Academic Institute Information** Índia: Indian Institute of Science, 2001.

UHL, Franz; FERNANDES, João Teodorico F. S. **Auditoria Interna.** Instituto de Auditores Internos do Brasil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1974.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Práticas de elaboração de taxonomias: análise e recomendações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 28-31 out. 2007, Salvador – BA. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2007.

Apêndice 1 - Questionário Aplicado

Questionário – Auditoria das Contas de Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da empresa, caracterizados por apresentar-se na forma tangível - edifícios, máquinas e outros. O imobilizado abrange, também, os custos das benfeitorias realizadas em bens locados ou arrendados.

CASO 1: A empresa ABX realizou em 2017 uma reforma nos 10 edifícios que a compõem no valor de R\$ 500.000. Além disso, agregou R\$ 100.000 em maquinários.

Decorrente do fato econômico acima, a ABX registrou na conta Ativo Imobilizado o valor de R\$ 100.000.

Considerando que você é o auditor externo e tem como objetivo assegurar que em todos os aspectos relevantes não há distorção das demonstrações contábeis, apenas no que tange a essa situação, responda:

Qual(ais) risco(s) você identifica nessa situação?

- A. () **Risco no Reconhecimento:** Incorporação de benefício econômico futuro ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado. O reconhecimento se dá quando a situação patrimonial da entidade auditada é afetada pelos fatos contábeis e registrada em um documento chamado de suporte que, por sua vez, serve de subsídio para a auditoria contábil.
- B. () **Risco na Mensuração:** Determinação dos montantes monetários que devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. A mensuração deve estar baseada na atribuição de valor dos montantes monetários, ação que envolve os conceitos de custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Esses termos representam métodos para se chegar ao valor do fato que necessita de evidenciação.
- C. () **Risco na Evidenciação:** Registro e divulgação dos fatos contábeis reconhecidos e mensurados nos relatórios financeiros. A evidenciação possui como subcategoria a escrituração ou registro e corresponde à categoria onde os itens que possuem distorções tem como fonte o registro das informações.

Considerando o(s) risco(s) escolhido(s) no item anterior, qual(ais) procedimento(s) abaixo você considera mais adequado(s) para aplicar nessa situação?

- A. () **CONFIRMAÇÃO** – A instituição auditada (cliente) solicita por escrito à parte externa que confirme informações diretamente ao auditor.
- B. () **VOUCHING** – O auditor seleciona transações contábeis e verifica se os documentos existem. Esse teste tem o objetivo de verificar se há transações sem suporte documental.
- C. () **RASTREAMENTO** – O auditor seleciona documentos suporte e determina quais informações dos documentos encontram-se adequadamente registradas.

- D. () **INSPEÇÃO** – Inspeção física de bens ou de documentos (ativos, processos e procedimentos). Análise dos documentos que dão suporte às informações contábeis.
- E. () **RECONCILIAÇÃO** – refazer a conciliação de transações nos livros contábeis.
- F. () **RECÁLCULO** – recalcular taxas e mensurações de transações registradas. Inclui a conferência de saldos (cross-footing)
- G. () **CORTE** – Analisar transações antes e depois do final do período de fechamento das demonstrações para verificar se as transações estão registradas no período correto.

Justifique o(s) risco(s) e teste(s) escolhido(s):

CASO 2: O auditor, ao chegar em uma entidade fabril da empresa XYZ, desconfia que o ativo imobilizado não condiz com o saldo contabilizado. Considerando que você é o auditor externo e tem como objetivo assegurar que em todos os aspectos relevantes não há distorção das demonstrações contábeis, apenas no que tange a essa situação, responda:

Qual(ais) risco(s) você identifica nessa situação?

- A. () **Risco no Reconhecimento:** Incorporação de benefício econômico futuro ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado. O reconhecimento se dá quando a situação patrimonial da entidade auditada é afetada pelos fatos contábeis e registrada em um documento chamado de suporte que, por sua vez, serve de subsídio para a auditoria contábil.
- B. () **Risco na Mensuração:** Determinação dos montantes monetários que devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. A mensuração deve estar baseada na atribuição de valor dos montantes monetários, ação que envolve os conceitos de custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Esses termos representam métodos para se chegar ao valor do fato que necessita de evidenciação.
- C. () **Risco na Evidenciação:** Registro e divulgação dos fatos contábeis reconhecidos e mensurados nos relatórios financeiros. A evidenciação possui como subcategoria a escrituração ou registro e corresponde à categoria onde os itens que possuem distorções tem como fonte o registro das informações.

Considerando o(s) risco(s) escolhido(s) no item anterior, qual(ais) procedimento(s) abaixo você considera mais adequado(s) para aplicar nessa situação?

- A. () **CONFIRMAÇÃO** – A instituição auditada (cliente) solicita por escrito à parte externa que confirme informações diretamente ao auditor.

- B. () **VOUCHING** – O auditor seleciona transações contábeis e verifica se os documentos existem. Esse teste tem o objetivo de verificar se há transações sem suporte documental.
- C. () **RASTREAMENTO** – O auditor seleciona documentos suporte e determina quais informações dos documentos encontram-se adequadamente registradas.
- D. () **INSPEÇÃO** – Inspeção física de bens ou de documentos (ativos, processos e procedimentos). Análise dos documentos que dão suporte às informações contábeis.
- E. () **RECONCILIAÇÃO** – refazer a conciliação de transações nos livros contábeis.
- F. () **RECÁLCULO** – recalcular taxas e mensurações de transações registradas. Inclui a conferência de saldos (cross-footing)
- G. () **CORTE** – Analisar transações antes e depois do final do período de fechamento das demonstrações para verificar se as transações estão registradas no período correto.

Justifique o(s) risco(s) e teste(s) escolhido(s):

CASO 3: Um auditor independente verificou que as taxas para depreciação do ativo imobilizado utilizadas por uma empresa foram calculadas pelo método das somas dos dígitos. Além disso, o auditor verificou que tal procedimento diferia daquele realizado no último exercício, quando foi adotado o método das quotas constantes, sem evidenciar em notas explicativas.

Considerando que você é o auditor externo e tem como objetivo assegurar que em todos os aspectos relevantes não há distorção das demonstrações contábeis, apenas no que tange a essa situação, responda:

Qual(ais) risco(s) você identifica nessa situação?

- A. () **Risco no Reconhecimento:** Incorporação de benefício econômico futuro ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado. O reconhecimento se dá quando a situação patrimonial da entidade auditada é afetada pelos fatos contábeis e registrada em um documento chamado de suporte que, por sua vez, serve de subsídio para a auditoria contábil.
- B. () **Risco na Mensuração:** Determinação dos montantes monetários que devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. A mensuração deve estar baseada na atribuição de valor dos montantes monetários, ação que envolve os conceitos de custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Esses termos representam métodos para se chegar ao valor do fato que necessita de evidenciação.
- C. () **Risco na Evidenciação:** Registro e divulgação dos fatos contábeis reconhecidos e mensurados nos relatórios financeiros. A evidenciação possui como subcategoria a escrituração ou registro e corresponde à categoria onde os itens que possuem distorções tem como fonte o registro das informações.

Considerando o(s) risco(s) escolhido(s) no item anterior, qual(ais) procedimento(s) abaixo você considera mais adequado(s) para aplicar nessa situação?

- A. () CONFIRMAÇÃO – A instituição auditada (cliente) solicita por escrito à parte externa que confirme informações diretamente ao auditor.
- B. () VOUCHING – O auditor seleciona transações contábeis e verifica se os documentos existem. Esse teste tem o objetivo de verificar se há transações sem suporte documental.
- C. () RASTREAMENTO – O auditor seleciona documentos suporte e determina quais informações dos documentos encontram-se adequadamente registradas.
- D. () INSPEÇÃO – Inspeção física de bens ou de documentos (ativos, processos e procedimentos). Análise dos documentos que dão suporte às informações contábeis.
- E. () RECONCILIAÇÃO – refazer a conciliação de transações nos livros contábeis.
- F. () RECÁLCULO – recalcular taxas e mensurações de transações registradas. Inclui a conferência de saldos (cross-footing)
- G. () CORTE – Analisar transações antes e depois do final do período de fechamento das demonstrações para verificar se as transações estão registradas no período correto.

Justifique o(s) risco(s) e teste(s) escolhido(s):

Apêndice 2 – Fluxograma Taxonômico Proposto Por Cunha (2017)

